



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125090 - MG (2020/0066242-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : LUIZ SANDER FERREIRA ORNELES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. CRIME SUPOSTAMENTE COMETIDO EM LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Luiz Sander Ferreira Orneles** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.162105-1/000 - fls. 135/142), que manteve a prisão preventiva decretada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Teófilo Otoni/MG, em razão da suposta prática do crime de tráfico de drogas (Processo n. 0137543-26.2019.8.13.0686 - 0146130-37.2019.8.13.0686 - fls. 103/104).

O recorrente pretende a revogação da custódia, sob a alegação de inexistência de fundamentação idônea na decisão que a decretou, baseada, supostamente, na gravidade abstrata do delito. Alega que o recorrente é primário e que, em caso de condenação, seria beneficiado com a causa especial de diminuição da reprimenda prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006. Subsidiariamente, pretende a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Liminar indeferida (fls. 177/178), informações prestadas (fls. 182/203), o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso, em parecer assim ementado (fl. 205):

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PENAL. TRÁFICO. REVOGAÇÃO PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA. IMPROCEDENTE.

É o relatório.

De acordo com reiteradas decisões desta Corte Superior, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

No caso, o Juízo singular converteu a prisão em flagrante em preventiva, nestes termos (fls. 105/107 - grifo nosso):

[...]

***In casu*, observo que os policiais responsáveis pela prisão, afirmam que o autuado já é conhecido no meio policial pela sua disposição à prática do crime de tráfico de drogas, motivo pelo qual, foi realizado o seu monitoramento naquela oportunidade e após a sua contenção, no local onde o mesmo estaria supostamente realizando a traficância, foi encontrado em sua posse 03 (três) pinos de cocaína e mais a quantia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta) reais. Esclareceram os militares, ainda, que em razão da visualização prévia realizada da suposta conduta praticada pelo autuado, ainda foi realizado rastreamento na laje onde o mesmo foi monitorado e no local foram encontrados mais 14 (quatorze) pinos de cocaína; 21 (vinte e uma) pedras de crack; 100 (cem) buchas de maconha, sendo que quando da apresentação do flagranteado na Unidade Policial, ainda foi encontrado no interior das suas peças íntimas mais a quantia de R\$ 30,00 (trinta) reais.**

[...]

Todas as circunstâncias concretamente apuradas nos autos, a meu aviso, demonstram a periculosidade concreta do autuado, capaz de justificar a manutenção da prisão processual, em especial porque apreendida expressiva quantidade de droga de elevado potencial de lesividade à saúde pública, bem como considerável quantia em dinheiro. Além do que, porque **a CAC anexada nesta oportunidade demonstra que o réu responde a outro procedimento criminal em regular tramitação no Juízo da 1ª Vara Criminal de Teófilo Otoni, pela prática da mesma infração penal, o qual encontra-se em liberdade desde o dia 31.01.2019, sendo ele novamente preso pelo cometimento da mesma infração penal.**

O acórdão impugnado, por sua vez, afastou qualquer ilegalidade na custódia, entendendo-a idoneamente fundamentada (fls. 135/142).

Como se vê, a decisão que decretou a prisão preventiva está motivada no fato de o recorrente ter, supostamente, cometido o crime quando em gozo de liberdade provisória, concedida nos autos de outro processo em que responde à prática do mesmo delito; bem como na diversidade da droga apreendida, a saber, cocaína, *crack* e maconha, ou seja, fundamentação idônea e harmônica com o entendimento desta Casa sobre o tema.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que *a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar*" (RHC n. 76.929/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016) - (HC n. 415.653/RJ, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 9/8/2018).

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. FURTO QUALIFICADO TENTADO E FALSA IDENTIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RÉU QUE POSSUI OUTROS REGISTROS CRIMINAIS ANTERIORES POR CRIME DA MESMA ESPÉCIE. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto o paciente possui outros registros criminais pela prática de crimes contra o patrimônio. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.

4. Nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva (RHC n. 68.550/RN, da minha relatoria, DJe 31/3/2016).

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

6. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC n. 446.504/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 12/6/2018 - grifo nosso).

Da mesma forma, a variedade do material entorpecente apreendido também constitui motivação válida para a decretação da prisão preventiva, como no caso.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

RECURSO DESPROVIDO.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. No caso, a custódia cautelar da recorrente encontra-se suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da quantidade de droga apreendida - 275 gramas de maconha, 147 comprimidos de *ecstasy* e 18 gramas de cocaína -, o que justifica seu encarceramento cautelar, consoante **pacífico entendimento desta Corte no sentido de que a quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva.**

3. **Ademais, a recorrente responde a outra ação penal também pela prática de tráfico de drogas, inclusive se encontrava em liberdade provisória quando foi novamente presa, o que também autoriza sua segregação cautelar para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva.**

4. É incabível, na estreita via do *habeas corpus*, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

5. Recurso desprovido.

(RHC n. 117.426/PR, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 25/11/2019 - grifo nosso).

Ademais, nos termos da jurisprudência desta Corte, eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, isoladamente, conduzir à revogação da prisão preventiva.

Ressalto também que, concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias a necessidade da custódia, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.

Por fim, não se pode dizer que *a medida é desproporcional em relação a eventual condenação que poderá sofrer ao final do processo, pois, em sede de habeas corpus, inviável concluir que ao réu será imposto regime menos gravoso que o fechado ou deferida a substituição de penas, especialmente em se considerando as particularidades do delito denunciado* (RHC n. 108.067/MG, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 12/4/2019).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator